



Revista de Administração e Contabilidade

Volume 15, número 1

Feira de Santana, janeiro/abril 2023 p. 1 – 18

ISSN: 2177-8426

Normas internacionais de contabilidade: um estudo sobre a percepção dos contadores do município de Camaçari-BA.

Mayara Caroline Dos Santos Cavalcante

Nayara Batista Moreira

Tânia Ferreira Dos Santos Bomfim

Ana Paula Santana Do Nascimento

Tânia Ferreira de Jesus

RESUMO

Há onze (11) anos foi iniciado no Brasil o processo de convergência para os padrões contábeis internacionais trazendo mudanças legislativas, normativas e técnicas, na aplicabilidade de novas competências profissionais. Este trabalho teve por objetivo identificar a percepção dos contadores do município de Camaçari-Ba em relação à convergência das normas internacionais de contabilidade, visando analisar sobre o impacto das atividades desenvolvidas, o conhecimento acerca da contabilidade societária em padrões contábeis internacionais e em relação à educação continuada. Para tanto, realizou-se uma pesquisa descritiva de caráter quantitativo, onde os dados analisados foram coletados por meio de um questionário, com dezoito (18) questões, que foi respondido por sessenta (60) contadores. Após análise, concluiu-se que é possível identificar um percentual significativo de contadores que conhecem sobre a convergência as normas internacionais de contabilidade por meio de normas, interpretações e comunicados técnicos brasileiros. Como sugestão para trabalhos futuros, poderiam ser realizadas pesquisas voltadas para outras cidades e aos estudantes e egressos do curso de ciências contábeis, além de pesquisas sobre a educação continuada dos profissionais contábeis para atender o mercado atual.

Palavras-Chave: Normas internacionais de contabilidade. Profissionais contábeis. Educação continuada.

1 INTRODUÇÃO

Com as mudanças na Lei nº 6.404/76, conhecida como a lei das Sociedades por Ações S/A, pela Lei nº 11.638/07 foi dado início ao processo de adoção das normas internacionais de contabilidade elaboradas pelo *International Accounting Standards Board* – IASB no Brasil. Instituída há onze (11) anos, o processo de convergência das normas internacionais de contabilidade interfere diretamente na elaboração e estruturação da informação contábil das instituições, causando mudanças e uma necessidade de análise dos impactos da realidade da contabilidade brasileira às normas internacionais, trazendo uma importância maior aos pronunciamentos técnicos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis

(CPC).

Perez Junior (2009) conceitua os principais processos para melhor entendimento quanto à implementação das normas internacionais de contabilidade, quando se trata de padronização a adoção de normas são extremamente rigorosas, sem a possibilidade de modificações. Se durante o processo de adoção as normas internacionais fossem padronizadas deveriam ser traduzidas e aplicadas sem qualquer mudança.

Por isso, o processo deve passar por uma harmonização que busca minimizar os pontos divergentes entre os países. Durante a harmonização os pronunciamentos técnicos internacionais são adequados às peculiaridades de cada país, sem perder as características básicas de cada pronunciamento. Então, é necessária uma uniformidade com a harmonização mundial das normas contábeis para que as demonstrações contábeis de vários países sejam comparáveis, porque estarão uniformizadas de acordo com o padrão internacional, dando início ao processo de convergência.

Esta pesquisa busca evidenciar a percepção dos contadores em relação às mudanças, as práticas e o conhecimento acerca da convergência as normas internacionais de contabilidade. Com isso, responderemos o problema em questão: **Qual a percepção dos contadores do município de Camaçari-Ba em relação ao processo de convergência das normas brasileiras de contabilidade aos padrões internacionais?**

Para isso, o objetivo geral é identificar a percepção dos contadores do município de Camaçari-Ba em relação à convergência das normas internacionais de contabilidade. Tendo como objetivos específicos: a) analisar a percepção dos contadores sobre o impacto nas atividades desenvolvidas; e, b) identificar a percepção dos contadores em relação ao processo de convergência da contabilidade societária aos padrões contábeis internacionais.

De acordo com Padoveze, Benedicto e Leite (2011), a contabilidade tem como objetivo apresentar aos usuários internos e externos das empresas informações contábeis úteis e de qualidade que possam auxiliar na tomada de decisões. A contabilidade ainda pode ser vista como a linguagem financeira universal no mundo dos negócios, e a harmonização de suas normas é um processo de extrema necessidade e relevância para as empresas que operam em diversos países e que precisam reportar informações às suas controladoras ou aos seus usuários internacionais.

A relevância dessas mudanças atinge diretamente os contadores do município de Camaçari, no Estado da Bahia, a partir de estudos já realizados em outros Estados do Brasil, como por exemplo, o estudo de Shimamoto e Reis (2010). Desenvolver pesquisa sobre o processo de harmonização e convergência as normas internacionais de contabilidade do ponto de vista do profissional contábil, contribui para indicar as principais mudanças em referência busca continua por conhecimento. O cenário atual conforme apresentado por Niyama (2008), em função da globalização de mercado causada pelo desenvolvimento tecnológico na área de comunicações, o avanço nos meios de transportes e o crescimento do comércio internacional, fortaleceram ainda mais a necessidade da harmonização de padrões contábeis.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 ORIGEM DAS NORMAS INTERNACIONAIS DE CONTABILIDADE

Segundo Kroetz (2000) a Contabilidade é uma ciência social que estuda a riqueza patrimonial individualizada, sob os aspectos quantitativos e qualitativos, tendo entre seus objetivos a geração de informações e a explicação dos fenômenos patrimoniais, possibilitando o controle, o planejamento e a tomada de decisão, no enfoque passado, presente e futuro. Tudo isso, servindo aos mais diversos usuários, para que eles possam, por meio de seus atos buscarem a prosperidade da entidade e da sociedade.

Acompanhado todo o desenvolvimento evolutivo da ciência contábil, de acordo com Niyama (2008) em 1973 foi criado o *International Accounting Standards Committee (IASC)*, que se trata do Comitê Internacional de Padrões Contábeis que tem o objetivo de emitir normas, denominadas *International Accounting Standards (IAS)* que pudessem levar a uma harmonização das normas contábeis ao redor do mundo. Ainda segundo este autor, o IASC foi fundado em um Congresso Internacional de Contadores em Melbourne (Austrália) por representantes dos diversos países como: Austrália, Canadá, França, Alemanha, Japão, México, Irlanda, Grã-Bretanha, Holanda e os Estados Unidos da América, com o objetivo de criar e publicar de forma independente um novo padrão de normas contábeis. Com isso, o órgão passou a ter forças para coordenar um movimento de mudança nos aspectos contábeis em nível mundial, responsável pela emissão dos IAS conhecido como o conjunto de normas internacionais.

Entre 1973 e 2000, segundo Zeff (2014), mais de 200 indivíduos altamente qualificados, com diversas trajetórias profissionais, serviram ao conselho do IASC em 22 delegações, assistidos por uma equipe talentosa e grupos de voluntários dedicados de todo o mundo, que elaboraram os documentos preliminares como membros dos comitês. Essa foi uma colaboração global realmente sem precedentes entre os profissionais contábeis.

Zeff (2014) também diz que a evolução do IASC para o IASB (*International Accounting Standards Board*) é a história de um órgão de normalização contábil internacional do setor privado que conseguiu ganhar respeito e apoio, inicialmente das entidades contábeis nacionais, seguidas pelos órgãos de normalização nacionais e, finalmente, pelos reguladores dos principais mercados de capitais e dos ministérios governamentais, além dos preparadores e usuários de demonstrações contábeis ao redor do mundo.

2.1.1 *International Accounting Standards Board (IASB)*

Fundado em Londres no dia 1 de abril de 2001, o *International Accounting Standards Board (IASB)* assumiu as responsabilidades técnicas do IASC e transformou progressivamente as IAS em novos padrões internacionais. De acordo com Zeff (2014) apesar de terem sofrido várias alterações ao longo do tempo, diversas IAS ainda estão em vigência.

Atualmente, todos os pronunciamentos contábeis internacionais publicados pelo IASB são chamados de *International Financial Reporting Standards (IFRS)*. As IFRSs, que na tradução ao português significa Normas Internacionais de Relatório Financeiro, são conhecidas no meio contábil e financeiro brasileiro por Normas Internacionais de Contabilidade (NETO, 2013).

Segundo Niyama (2008), de acordo com a constituição, o IASB tem os seguintes objetivos:

a) Desenvolver, no interesse público, um único conjunto de normas contábeis globais de alta qualidade, inteligíveis, exequíveis, que exijam informações de alta qualidade, transparentes e comparáveis nas demonstrações contábeis e em outros relatórios financeiros, para ajudar os participantes do mercado de capital e outros usuários em todo o mundo a tomar decisões econômicas; b) Promover o uso e a aplicação rigorosa dessas normas; e c) Promover a convergência entre as normas contábeis locais e as Normas Internacionais de Contabilidade de alta qualidade. (NIYAMA, 2008, p. 41).

De acordo com os objetivos, o papel do IASB é desenvolver, com base em princípios claramente emitidos, um conjunto único de normas de contabilidade de alta qualidade, compreensíveis, possíveis e aceitáveis globalmente.

O órgão tem uma estrutura de controle e supervisão, para garantir o máximo de transparência nas suas informações e publicações e também atender de forma clara as necessidades dos principais colaboradores e usuários da informação, conforme percebemos nos itens que seguem.

Em 2002, o IASB e o FASB iniciaram um projeto de convergência conhecido como o “*Agreement Norwalk*”. Nele, os órgãos normatizadores se empenharam em desenvolver um conjunto compatível de normas contábeis de alta qualidade (PEREIRA, 2011, p. 25).

Para a criação das IFRS’s (incluindo interpretações), o IASB segue um processo formal aberto e abrangente. Os requerimentos do processo formal são desenvolvidos sob os princípios de transparência, consultas completas e justas, considerando as perspectivas daqueles afetados pelo IFRS mundialmente, e prestação de contas. São responsáveis pela supervisão de todos os aspectos de procedimentos do processo formal do IASB, os conselheiros da Fundação IFRS, através do seu Comitê de Supervisão do Processo Formal (*Due Process Oversight Committee*), e também do Comitê de Interpretações (IC, na sigla em inglês), garantindo que sejam feitos com a melhor prática (DELOITTE, 2014).

2.2 PROCESSO DE CONVERGÊNCIA AS NORMAS INTERNACIONAIS DE CONTABILIDADE NO BRASIL

Após entender as origens das Normas Internacionais, segundo Farias e Farias (2009), a ligação das práticas contábeis entre diversos países e a necessidade de elaboração de demonstrações contábeis em padrões diferentes pelas empresas multinacionais competem para que haja dificuldade de interpretação das informações, tornando a globalização do mercado de capitais e a internacionalização das empresas, dois dos fatores mais importantes para se entender o processo de busca da harmonização das normas internacionais de contabilidade. Essa diversificação das práticas contábeis, pode afetar a qualidade informacional da contabilidade, diminuindo a confiança dos investidores, ao utilizá-la como insumo para suas decisões. É fundamental a busca pela harmonização das práticas contábeis, para que se satisfaçam as necessidades dos investidores estrangeiros quando procuram

oportunidades de negócios.

Em todo o mundo grande parte dos países já adotam a IFRS, entretanto há vários graus de adoção. Geralmente as diferenças dos procedimentos locais para os internacionais são grandes e geram impacto fiscal e isso é um problema determinante para que os países não adotem a IFRS por completo, trazendo a necessidade da harmonização que visa preservar as particularidades presentes em cada país de modo a melhorar a troca de informações a serem interpretadas e compreendidas de forma flexível. (CAPITAL CONSULTORIA EMPRESARIAL, 2013)

Em 2007, a Lei n.11.638 alterou a Lei n. 6.404/76, no que diz respeito à escrituração e elaboração das demonstrações financeiras para as sociedades ou conjunto de sociedades de grande porte. Conforme Iudícibus, Marion e Faria (2009) essas mudanças na Lei das Sociedades Anônimas proporcionaram importantes modificações nas práticas contábeis, iniciando o caminho rumo às convergências das normas brasileiras com a internacional.

De acordo com a tabela adaptada de Peruch (2011), nota-se a evolução histórica gradativa para a adoção das normas internacionais de contabilidade:

Quadro 1 – Evolução das normas internacionais no Brasil.

ANO	HISTÓRICO
1973	Foi criado o IASC
2001	É criado o IASB para emissão das IFRS.
2005	Os Países da União Europeia adotam as normas do IFRS.
2006	A FASB e IASB fazem acordo para convergência entre o IFRS e USGAAP (normas contábeis norte-americanas) e a China adota o IFRS.
2007	O Brasil, Chile, Japão, Coréia, Índia e Canadá determinam datas para adotar o IFRS.
2010	No Brasil, passou a ser obrigatória a adoção das normas internacionais para empresas de capital aberto.

Fonte: Peruch (2011, p. 46).

No Brasil, se esperava uma modificação na legislação societária, levando em consideração apenas o tempo do Projeto de Lei nº 3.741/00, que define e estende às sociedades de grande porte, disposições relativas à elaboração e publicação de demonstrações contábeis que dispõe sobre os requisitos de qualificação de entidades de estudo e divulgação de princípios, normas e padrões de contabilidade e auditoria como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, se passaram sete anos até a publicação da Lei 11.638 em 28 de dezembro de 2007.

2.2.1 Alterações na Lei nº 6.404/76 pela Lei nº 11.638/07

A Lei das Sociedades Anônimas nº 6.404/76 regulamenta, aspectos essenciais da contabilidade, por exemplo, como as Demonstrações Contábeis obrigatórias, com quais formatos devem ser divulgados, como devem ser avaliados seus componentes, entre outros assuntos. Conforme abordado por Geron (2008, p. 11):

Além da Lei das Sociedades Anônimas por Ações, outros documentos têm poder normatizador sobre a matéria contábil em nosso país: o Regulamento do Imposto de Renda, as Instruções e Deliberações da Comissão de Valores Mobiliários – CVM, as Normas Brasileiras de Contabilidade emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC, o Código Civil Brasileiro. Além disso, Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), a Agência Nacional de Saúde (ANS), a Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), ditam regras sobre informações contábeis divulgadas pelas entidades que regem, da mesma forma que o Banco Central determina normas contábeis para as instituições financeiras.

Com a Lei nº 11.638/2007, o Brasil passou a aderir as Normas Internacionais de Contabilidade, mais conhecidas popularmente por IFRS. Segundo Saiki e Antunes (2010) essa nova lei trouxe conceitos relevantes para o direito societário, adaptados por conceitos utilizados em economias de países mais desenvolvidos, como a normatização brasileira às legislações dos Estados Unidos e de países da Europa. Mudanças foram trazidas tanto para a elaboração das demonstrações contábeis quanto para as práticas contábeis, levando em consideração que as normas são baseadas muito mais em princípios do que em regras.

De acordo com Azevedo (2010):

Um dos objetivos dessa nova lei é convergir as regras contábeis brasileiras ao padrão contábil internacional (IFRS). A importância e a necessidade de que as práticas contábeis brasileiras sejam convergentes com as práticas contábeis internacionais, seja em função do aumento da transparência e da confiabilidade nas nossas informações financeiras, seja por possibilitar, a um custo mais baixo, o acesso das empresas nacionais às fontes de financiamento externas, a CVM vem, desde a década passada, desenvolvendo esforços para possibilitar essa convergência, seja mediante o aperfeiçoamento de suas normas, seja pela apresentação ao Executivo de ante projeto de lei, transformado no PL nº 3.741/2000, e agora Lei nº 11.638/2007. AZEVEDO (2010, p. 99-100).

Ou seja, a finalidade primordial da Lei nº. 11.638/07 é trazer mais transparência e segurança nas informações contábeis e financeiras. Esta nova abordagem trouxe grandes impactos para os profissionais contábeis, visto que o contador passa a exercer muito mais sua capacidade de julgamento do que no passado recente, com observações positivas sobre o *status* da profissão no Brasil. Além de influenciar diferentemente o contador, Braga e Almeida (2008) ressaltam que a Lei 11.638/07, ao possibilitar essa convergência internacional, irá permitir, no futuro, o custo reduzido e uma taxa de riscos menores para o acesso das empresas brasileiras à capitais externos.

O objetivo principal, da lei que entrou em vigor em 1º de janeiro de 2008, e foi originada pelo projeto de lei nº 3.741/2000, é a atualização das regras contábeis brasileiras e aprofundar a harmonização dessas regras com os pronunciamentos internacionais, em especial os emitidos pelo IASB, por meio dos IFRS.

2.4 ESTUDOS SOBRE A CONVERGÊNCIA DAS NORMAS INTERNACIONAIS DE CONTABILIDADE NA PROFISSÃO CONTÁBIL

Souza (2009) em seu estudo objetivou identificar com base na percepção dos profissionais e acadêmicos atuantes na área de contabilidade, quais eram as principais barreiras a serem enfrentadas, no Brasil, para a adoção das normas contábeis internacionais. Os resultados apresentados com as entrevistas, foram citadas seis (6) questões como as principais barreiras para a adoção das IFRS no Brasil, sendo que as três (3) mais citadas foram em relação a maior subjetividade na preparação das informações, a falta de qualificação da mão de obra e a influência da legislação fiscal sobre a contabilidade das empresas. As outras três citadas com menor frequência foram a influência do sistema jurídico, as diferenças culturais e a falta de orientação detalhada sobre as normas.

Shimamoto e Reis (2010) realizaram uma pesquisa com o objetivo de analisar sob a ótica dos profissionais contabilistas da cidade de Londrina, no estado do Paraná, a relação entre a convergência às normas internacionais presentes no cotidiano destes profissionais. Os resultados indicaram não houve mudanças substanciais na forma pela qual os profissionais exerciam a profissão contábil em seu cotidiano e os resultados apontaram que os profissionais, embora tivessem conhecimentos a respeito das mudanças, ainda apresentavam resistência em promover as alterações conceituais necessárias, que promoverão a alteração das práticas contábeis brasileiras para as Normas Internacionais de Contabilidade.

Fernandes et al. (2011) produziram um estudo com o objetivo de investigar a percepção dos docentes que ensinavam nos cursos de graduação em Ciências Contábeis, quanto ao processo de convergência às normas internacionais de contabilidade aplicadas no Brasil. Os resultados apontaram que a maioria dos docentes participantes da pesquisa acreditava que a adoção dos IFRS facilitaria a inserção das empresas brasileiras no mercado internacional, em função da redução de custos na elaboração das demonstrações contábeis.

Pereira (2011) elaborou uma pesquisa com o objetivo de verificar qual o nível de conhecimento dos discentes, das instituições de ensino superior do Distrito Federal, sobre as normas internacionais de contabilidade de acordo com as metodologias de ensino utilizadas e se os mesmos estavam preparados para inserção no mercado de trabalho no cenário de convergência das normas da contabilidade. O resultado encontrado apontou que quando adotado o método de ensino tradicional os estudantes não têm conhecimento sobre as normas internacionais de contabilidade.

Menezes et al. (2013) objetivaram identificar a percepção dos contabilistas de Campina Grande – PB sobre o processo de convergência contábil das pequenas e médias empresas aos padrões internacionais de contabilidade. Verificou-se neste estudo que a maioria dos contabilistas utilizavam para se qualificar sobre a convergência da contabilidade das pequenas e médias empresas aos padrões internacionais por meio de informações sobre o assunto através da internet (artigos, blogs e revistas eletrônicas), leitura de livros, revistas e do próprio CPC PME, além de palestras e seminários a respeito do tema.

Armond et al. (2014) divulgaram um artigo com o objetivo de analisar a percepção de alunos de cursos de Ciências Contábeis em universidades do estado de Minas Gerais, em relação à adoção das normas internacionais no Brasil e à disciplina Contabilidade Internacional. Com as análises dos resultados constataram-se informações consideradas importantes como a inexistência de uma disciplina específica de Contabilidade Internacional em dois, dos três cursos de ciências contábeis pesquisados, mesmo com esse resultado, 73% dos estudantes conheciam as principais mudanças na contabilidade brasileira após a adoção das normas internacionais.

Rodrigues (2016) produziu uma pesquisa com o objetivo de analisar como o profissional contábil na cidade de Monteiro (PB) vem se adaptando ao processo de harmonização às Normas Internacionais de Contabilidade. Os resultados indicam que existe uma escassez de profissionais preparados para atuar no mercado internacionalizado tendo em vista a necessidade de analisar demonstrações contábeis e financeiras em outros idiomas e se comunicar com pessoas de diversos países.

Jesus et al. (2017) tiveram como objetivo investigar a percepção dos profissionais da contabilidade do Município de Juazeiro (BA), em relação à convergência da contabilidade das pequenas e médias empresas ao IFRS para PMEs. Os resultados demonstraram que apesar das dificuldades de entendimento e interpretação técnica do conteúdo da NBC TG 1000, norma correspondente ao IFRS para PMEs no Brasil, os profissionais consideraram importante a adoção completa da referida norma, com a finalidade de melhorar a qualidade das informações contábeis feitas por estas empresas.

Cordeiro (2018) buscou investigar a percepção e o nível de conhecimento dos contadores quanto ao processo de convergência às Normas Internacionais de Contabilidade. O resultado indica que a maioria dos contadores analisados considera a convergência de importante para a contabilidade do país. Em relação ao nível de conhecimento dos contadores foi percebido que a maioria buscou o conhecimento das novas normas, porém admitiram que são complexas. Mesmo depois de cerca 10 anos do início dessas mudanças ainda existem uma parcela de contadores que não consideram a convergência importante para a contabilidade brasileira, não conhecem o processo e nem as normas advindas dessas mudanças.

Nolli, Mazzioni e Magro (2018) objetivaram analisar a percepção de estudantes e egressos de Ciências Contábeis sobre a adesão às normas internacionais de contabilidade no padrão IFRS pelas empresas brasileiras. As principais contribuições do estudo são as reflexões sobre a necessidade da manutenção de treinamentos e capacitações pelas instituições formadoras e de classe, visando à efetiva melhoria desejada na informação contábil a partir do padrão internacional, sobretudo para que pequenas, médias e grandes empresas tenham um padrão contábil que seja comparável.

Santos et al. (2018) elaboraram uma pesquisa com o objetivo de identificar a percepção dos contabilistas que atuam em toda região metropolitana do Recife, no Estado de Pernambuco, sobre o processo de convergência contábil das pequenas e médias empresas aos padrões internacionais de Contabilidade. Concluíram neste estudo que, a maioria dos profissionais declarou não ter participado de treinamento por conta própria sobre o CPC PME, assim como as empresas onde trabalham não o ofereceram. Porém, os profissionais responderam afirmando, em sua maioria, que estavam buscando se qualificar e entender o CPC PME e por meio de informações sobre o assunto através da internet e pelo próprio CPC PME, além de palestras e seminários.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Com o intuito de analisar a percepção dos contadores do município de Camaçari em relação às mudanças quanto às práticas realizadas e o conhecimento à convergência e harmonização das normas internacionais de contabilidade, esta pesquisa tem quanto ao objetivo caracterizado como descritiva, que segundo Triviños (1987, p. 112), "(...) A pesquisa

descritiva exige do investigador uma série de informações sobre o que deseja pesquisar. Esse tipo de estudo pretende descrever os fatos e fenômenos de determinada realidade”.

Quanto à abordagem do problema será a pesquisa quantitativa. De acordo com Prodanov e Freitas (2013) a pesquisa quantitativa conceitua que tudo pode ser quantificável, significando traduzir em inúmeros pontos de vista e informações para classificá-las e analisá-las. Assim, demonstrando as análises com os dados numéricos coletados através do questionário aplicado aos contadores da cidade de Camaçari por meio de procedimentos estatísticos.

Esta pesquisa delimitou-se em retirar informações sobre como as mudanças com a convergência das normas internacionais de contabilidade no Brasil, que impactaram as práticas realizadas nesses oito anos, de acordo com a percepção dos contadores do município de Camaçari. A identidade do respondente é confidencial, conseqüentemente o sigilo é garantido, conforme utilizada o levantamento de dados pelo método *survey*. Segundo Santos (1999), a utilização do método *survey* busca conhecimento diretamente com um grupo de interesse a respeito dos dados que se deseja obter. Tratando-se de uma técnica útil, especialmente em pesquisas exploratórias e descritivas.

3.1 APRESENTAÇÃO POPULAÇÃO E AMOSTRA

A pesquisa foi realizada com contadores ativos do município de Camaçari. De acordo com o CRCBA (2018), os números de contadores ativos desenvolvendo funções contábeis de forma regularizada são duzentos e quarenta e seis (246). Os dados obtidos foram através do questionário respondido por sessenta (60) profissionais que se voluntariaram a responder.

3.2 PROCEDIMENTO PARA COLETA DE DADOS

A coleta dos dados foi realizada com a aplicação de um questionário desenvolvido no *Google Forms*[®], ferramenta gratuita para criar formulários online. O questionário foi enviado através de link nas redes sociais e e-mails dos profissionais em Camaçari-BA.

O questionário foi composto de dezoito (18) questões, adaptadas de Shimamoto e Reis (2010), divididas em três (3) seções, na primeira sendo seis (6) perguntas para identificar o perfil do respondente. Na segunda seção foram cinco (5) a respeito da concordância dos profissionais sobre o processo de convergência às normas internacionais, com adaptação do questionário de Shimamoto e Reis (2010). Na terceira seção foram sete (7) questões sobre o conhecimento do profissional em relação a contabilidade societária em padrões contábeis internacionais

As perguntas estão classificadas em escala de concordância, discordância e a frequência em relação às questões, escala *likert*. Quanto ao grau de discordância e frequência, o nível 1 representa a discordância total, o nível 2 representa parcial discordância e o nível 3 representa neutralidade, o nível 4 representa parcial concordância e o nível 5 representa a concordância total.

4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS DA PESQUISA

4.1 PERFIL DOS RESPONDENTES

Através das respostas do questionário identificou-se trinta e seis (36) profissionais do sexo feminino (representado como a maioria de 60%) e vinte e quatro (24) do sexo masculino (com 40%). Em relação ao nível de escolaridade, que representa o grau de formação e a busca por conhecimento contínuo. Trinta e cinco (35) dos respondentes concluíram apenas a graduação (representados pela maioria 58,30%) e vinte e cinco (25) fizeram pós-graduação (41,70% dos respondentes). Quanto à faixa etária foi identificado que 36,70% tem idade entre vinte anos a trinta anos; 43,30% com idade de trinta e um a quarenta anos; 18,30% com idade de quarenta e um a cinquenta anos e 1,70% com idade entre cinquenta e um a sessenta anos. Nesta questão observa-se que a maioria dos respondentes tem idade de trinta e um a quarenta anos correspondendo ao somatório de 43,30% da população.

Analisou-se ainda, o ano de formação da graduação no curso ciências contábeis dos respondentes, o maior número dos profissionais se formaram entre os anos 2014-2016 representando 32%; O segundo maior foi entre os anos 2011-2013 com 25% e o terceiro foi entre 2017-2018 com 16%. A convergência das Normas Internacionais de Contabilidade foi iniciada em 2010, de acordo com o questionário a maioria dos respondentes se formaram após o processo inicial.

Além disso, o total de sessenta dos respondentes que tem o registro ativo no CRC-BA. Onde, 30% são contadores de entidade privada; 3,30% são contadores de entidade pública; 21,70% são proprietários de escritórios de contabilidade; 8,30% trabalham como profissionais autônomos e os outros 36,70% desenvolve outras atividades que englobam a área contábil, como por exemplo, a profissão de auditor, analista, funcionários públicos entre outros.

4.2 PROCEDIMENTO DE ANÁLISE DE DADOS

A análise dos dados foi feita, de forma quantitativa, através de análise da média das respostas obtidas por meio do questionário utilizado.

4.2.1 Percepção em relação ao impacto das atividades desenvolvidas

Nesta seção foi analisada a concordância dos profissionais a respeito das afirmativas sobre o processo de convergência às normas internacionais de contabilidade.

Tabela 1 - Percepção em relação ao impacto das atividades desenvolvidas.

Questões	Discordo totalmente	Discordo parcialmente	Não concordo nem discordo	Concordo parcialmente	Concordo totalmente

Participação em Cursos, Palestras ou Seminários sobre mudanças da Contabilidade Brasileira.	11,70%	13,30%	26,70%	25,00%	23,30%
Influência das Alterações contábeis apenas as grandes empresas e sociedades anônimas.	23,30%	16,70%	23,30%	20,00%	16,70%
A não Influência na rotina profissional com o processo de convergência as Normas Internacionais de Contabilidade.	41,70%	11,70%	20,00%	11,70%	14,90%
Utilidade maior para os usuários externos da empresa.	8,30%	5,00%	21,70%	21,70%	43,30%
Valorização do profissional contábil brasileiro.	6,70%	6,70%	11,60%	26,70%	48,30%

Fonte: Dados da pesquisa, 2018.

De acordo com a Tabela 1, em relação a participação em cursos, palestras ou seminário que abordem as mudanças na contabilidade brasileira, 11,70% discordaram totalmente com a afirmação; 13,30% discordaram parcialmente; 26,70% neutros; 25% concordaram parcialmente e 23,30% concordaram totalmente. Analisando as respostas foram identificados que a maioria participou de cursos, palestras ou seminários sobre o tema.

Na Tabela 1, pode ser observado também, a concordância referente se as alterações contábeis influenciarem apenas as grandes empresas e sociedades anônimas: 23,30% discordaram totalmente; 16,70% discordaram parcialmente; 23,30% não concordaram nem discordaram; 20% concordaram parcialmente e 16,70% concordaram totalmente. Mesmo com uma diferença pequena, a maioria discordou da afirmação o que demonstra o conhecimento do CPC PME.

A percepção dos respondentes em relação se, a convergência das normas internacionais de contabilidade, havia influenciado na rotina profissional: 26,60% concordaram, mesmo parcialmente, que as alterações não afetaram a sua rotina de trabalho. Deve ser levado em consideração que a maioria (41,70%) discordara, afirmando que as mudanças afetaram o seu trabalho.

Já em relação a adoção das normas internacionais de contabilidade afetarem com maior utilidade para os usuários externos da empresa, como bancos e investidores, mostra que a maioria concorda totalmente com esta afirmação correspondendo 43,30% dos profissionais; 21,70% concordaram parcialmente; 21,70% foram neutros; 5% discordaram parcialmente e 8,30% discordaram totalmente.

A Tabela 1 evidencia ainda, a percepção dos profissionais em relação ao processo de convergência às Normas Internacionais de Contabilidade, em promover uma maior valorização para o profissional contábil brasileiro. A maioria concordou com essa afirmativa (48,30%) concordaram totalmente; 26,70% concordaram parcialmente; 11,60% não concordaram nem discordaram; 6,70% discordaram parcialmente e 6,70% discordaram totalmente. É evidente a importância das alterações na contabilidade em relevância a valorização profissional.

4.2.2 Percepção em relação a contabilidade societária em padrões contábeis internacionais

Nesta seção foi analisada a concordância dos profissionais a respeito das afirmativas sobre conhecimentos da contabilidade societária em padrões contábeis internacionais.

Tabela 2 - Percepção em relação a contabilidade societária em padrões contábeis internacionais.

Questões	Discordo totalmente	Discordo parcialmente	Não concordo nem discordo	Concordo parcialmente	Concordo totalmente
Conhecimento a respeito do IASB (<i>International Accounting Standards Board</i>).	3,30%	3,30%	3,30%	25,10%	65,00%
Conhecimento a respeito do processo de convergência das Normas Brasileiras de Contabilidade às Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS) iniciado com a alteração da Lei 6.404/76 pela 11.638/07.	3,30%	5,00%	13,30%	26,70%	51,70%
Conhecimento a respeito do surgimento do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).	5,00%	6,70%	8,30%	40,00%	40,00%
A substituição da Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos – DOAR pela Demonstração dos Fluxos de Caixa – DFC.	1,70%	6,70%	13,30%	25,00%	53,30%
As contas do Ativo passam a ser divididas em apenas dois grupos, Ativo Circulante e Ativo Não Circulante.	1,70%	1,70%	5,00%	30,00%	61,60%
A estrutura da Demonstração de Resultado.	6,70%	10,00%	40,00%	18,30%	25,00%
Conhecimento a respeito da NBC TG 1000 (R1) - Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas.	11,70%	13,30%	10,00%	20,00%	45,00%

Fonte: Dados da pesquisa, 2018

Na Tabela 2, um dos quesitos abordado foi o conhecimento a respeito do órgão responsável pela emissão das normas internacionais de contabilidade (IASB). As respostas dos profissionais em relação foram 3,30% discordaram totalmente desta afirmação; 3,30% discordaram; 3,30% neutros; a maioria concordou com a afirmação sendo 25,10% concordaram parcialmente e 65% concordaram totalmente.

Quando questionados em relação ao conhecimento a respeito do processo de convergência as Normas Brasileiras de Contabilidade foram iniciado com a alteração da Lei 6.404/76 pela 11.638/07, 3,30% em discordância total; 5% em discordância parcial; 13,30% não concordaram nem discordaram; Entretanto foram constatados que houveram uma maioria em relação a concordância da afirmativa, 26,70% em concordância parcialmente e

51,70% em concordância totalmente.

Em relação a afirmativa quanto ao conhecimento sobre o surgimento do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) em 2005 e o objetivo do órgão emitir pronunciamentos contábeis em conformidade com as normas internacionais de contabilidade os resultados indicaram que 5% em discordância total; 6,70% em discordância parcial; 8,30% neutros; a concordância parcial em 40% e a concordância total em 40%, apresentam o conhecimento a respeito do órgão.

Quanto ao conhecimento sobre a substituição da Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos - DOAR pela Demonstração dos Fluxos de Caixa – DFC, a maioria respondeu em relação à concordância da afirmativa. 1,70% discordaram totalmente; 6,70% discordaram parcialmente; 13,30% não concordaram nem discordaram; 25% concordaram parcialmente e 53,30% concordaram totalmente com a afirmação, evidenciando que a maioria tem o conhecimento a respeito dessa mudança.

Em relação a afirmativa: de acordo com a Lei 6.404/76, com alterações da Lei 11.638/07, as contas do Ativo passam a ser divididas em apenas dois grupos, Ativo Circulante e Ativo Não Circulante, não sendo permitido mais o uso da classificação Ativo Permanente e diferido. Apenas 1,70% discordaram totalmente; 1,70% discordaram parcialmente; 5% foram neutros; 30% concordaram parcialmente e a maioria teve certeza com 61,60% concordarem totalmente em relação a afirmação, confirmando o conhecimento em relação a essa mudança.

No quesito apresentado em relação a estrutura da Demonstração de Resultado estabelecida pela norma brasileira de contabilidade em conformidade com as normas internacionais (NBC TG 26) é diferente da estabelecida pela Lei 6.404/76, com alterações da Lei 11.638/07. Foram identificadas a falta de conhecimento ou muitos não tinham certeza em relação a esta afirmação 6,70% em discordância total; 10% em discordância parcial; a maioria com 40% foram neutros; 18,30% concordaram parcialmente e 25% concordaram totalmente.

As normas internacionais de contabilidade também abordam questões relacionadas às PME's, a afirmação abordava se os respondentes tinham conhecimento a respeito da NBC TG 1000 (R1) - Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas, que tem o objetivo de descrever os procedimentos a serem adotados para elaboração das demonstrações contábeis das PMEs. Das respostas 11,70% discordaram totalmente; 13,30% discordaram parcialmente; 10% nem concordaram nem discordaram; 20% concordância parcial e a maioria com 45% concordaram totalmente. Em correlação com a pesquisa realizada por Santos et al. (2018), a maioria dos respondentes afirmaram que buscam entender o CPC PME.

Confirma-se assim que analisar a percepção dos contadores em relação as principais mudanças relacionadas a contabilidade, tanto para usuários internos ou externos, são de extrema relevância para a sociedade e valorização da profissional no cenário regional brasileiro.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve como objetivo identificar a percepção dos contadores do município de Camaçari-Ba em relação à convergência das normas internacionais de contabilidade. Para isso, foi realizada uma pesquisa para verificar o conhecimento dos profissionais contábeis,

com a aplicação de um questionário adaptado para o tema de discussão em questão. Para a análise foi considerado o nível de concordância e frequência apresentadas pelos profissionais.

Depois de efetuada a pesquisa, ficou possível identificar um percentual significativo de contadores que conhecem sobre a convergência as normas internacionais de contabilidade, por meio de normas, interpretações e comunicados técnicos brasileiros e as principais mudanças ocorridas com alteração da Lei nº 6.404/76 pela Lei nº 11.638/07. Mesmo um percentual de 23,30% dos respondentes acharem que houve influência das alterações contábeis apenas para as grandes empresas e sociedades anônimas, 45% afirmam ter conhecimento a da norma de contabilidade para PMEs.

Outro ponto importante foi que dos respondentes dessa pesquisa 41,70% tem formação em pós-graduação indicando a busca por conhecimento e aperfeiçoamento contínuo na área de Ciências Contábeis. Como principal contribuição, a pesquisa apresentou por meio das respostas concedidas pelos contadores do município de Camaçari-Ba, a percepção destes profissionais em relação ao conhecimento sobre processo de convergência as normas internacionais contábeis no Brasil.

Apesar de a maioria não consultar os CPCs e as Normas Brasileiras de Contabilidade. Foi evidenciada a grande relevância que a área fiscal e tributária tem para os respondentes pois, cerca de 53,30% afirmaram que muito frequentemente realizam consultas sobre as principais mudanças nas legislações tributárias, pois a maioria buscam mais informações para melhor atender a Receita Federal do Brasil que as próprias normas contábeis brasileiras.

Com as mudanças que estão ocorrendo tanto no cenário nacional e quanto no internacional, exige-se que as instituições adotem procedimentos contábeis capazes de atender de forma harmônica em todos os países. Como sugestão para trabalhos futuros, poderiam ser realizadas pesquisas voltadas para outras cidades e aos estudantes e egressos do curso de ciências contábeis, além de pesquisas sobre a educação continuada dos profissionais contábeis para atender o mercado atual.

REFERÊNCIAS

ARMOND, M. C.; AVELINO, B; C.; NASCIMENTO, E. M. A percepção de estudantes de cursos de Ciências Contábeis em relação ao ensino da disciplina contabilidade internacional à adoção das normas internacionais no Brasil. In: XI CONGRESSO USP INICIAÇÃO CIENTÍFICA, São Paulo, SP, Brasil. **Anais...**, São Paulo/SP: 21 a 23 de julho de 2014.

AZEVEDO, Osmar Reis. **Comentários às novas regras contábeis brasileiras**. 4. ed. São Paulo: IOB, 2010.

BRAGA, Hugo Rocha; ALMEIDA, Marcelo Cavalcanti Almeida. **Mudanças contábeis na lei societária: Lei nº 11.638, de 29-12-2007**. São Paulo: Atlas, 2008.

BRASIL. Decreto-Lei nº 9.295/46, de 27 de maio de 1946, criou o Conselho Federal de Contabilidade e definiu as atribuições do Contador. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del9295.htm>. Acesso em: 29 ago. 2018.

_____. Lei 11.638, de 28 de dezembro de 2007. Altera e revoga dispositivos da Lei no 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e da Lei no 6.385, de 7 de dezembro de 1976, e estende às sociedades de grande porte disposições relativas à elaboração e divulgação de demonstrações

financeiras. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Lei/L11638.htm>. Acesso em: 24 set. 2018.

CAPITAL CONSULTORIA EMPRESARIAL. **The rise of International Financial Reporting Standards – (A ORIGEM DA IFRS)**. 2013. Disponível em: <<https://capitalconsultoria.wordpress.com/2013/08/13/the-rise-of-international-financial-reporting-standards-a-origem-da-ifrs/>>. Acesso em: 15 out. 2018.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE (CFC). **O Conselho**. Disponível em: <<https://cfc.org.br/oconselho/>>. Acesso em: 22 set. 2018.

_____. **Resolução CFC Nº 1055**, de 7 de outubro de 2005, cria o Comitê de Pronunciamentos Contábeis - (CPC), e dá outras providências. Disponível em: <http://www.crcsp.org.br/portal_novo/legislacao_contabil/resolucoes/Res1055.htm>. Acesso em 25 fev. 2011.

_____. **Resolução CFC nº 1.328**, de 18 de março de 2011. Dispõe sobre a Estrutura das Normas Brasileiras de Contabilidade. Diário Oficial da União, Brasília, 22 mar. 2011.

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE. BA. **Quantos somos?** Disponível em:<<http://www.crcba.org.br/new/institucional-2/registro/quantos-somos/>>. Acesso em: 19. set. 2018.

CORDEIRO, F. E. S. **Convergência da contabilidade às normas internacionais: um estudo sobre a percepção dos contadores**. 2018. 46 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Contábeis) – Universidade Federal Do Rio Grande Do Norte, Natal, 2018.

COSTA, J. A.; THEÓPHILO, C. R.; YAMAMOTO, M. M. **A aderência dos Pronunciamentos Contábeis do CPC às normas internacionais de contabilidade**. Contabilidade, Gestão e Governança, v. 15, n. 2, p. 110-126, 2012.

COUTINHO, J. S.; SILVA, A. H. C. S. **Impactos da adoção às normas internacionais de contabilidade nas companhias abertas brasileiras do setor de construção civil**. 2013. Disponível em: <<http://www.labcont.com/4publica/Impactos%20da%20ado%C3%A7%C3%A3o.pdf>>. Acesso em: 19 set. 2018.

DELOITTE. **IFRS ao seu alcance 2013/2014**. 2014. Disponível em: <<https://www.iasplus.com/en/publications/brazil/other/iiyp-2013>>. Acesso em: 23 de ago. de 2018.

FARIAS, M. R. S.; FARIAS, K. T. R. Tópicos para pesquisa sobre contabilidade internacional: evidências empíricas no Brasil. In: Encontro de Ensino e Pesquisa em Administração e Contabilidade. 2009. **Anais...** Curitiba: Anpad., 2009.

FERNANDES, B. V. R. et al. Análise da percepção dos docentes dos cursos de graduação em ciências contábeis do brasil quanto ao processo de convergência às normas internacionais de

contabilidade aplicadas no Brasil. **Revista Contabilidade e Controladoria**, [S.l.], v. 3, n. 3, out. 2011. ISSN 1984-6266. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/rcc/article/view/22049>>. Acesso em: 29 set. 2018.

GERON, C. M. S. **Evolução das práticas contábeis no Brasil nos últimos 30 anos: da Lei 6.404/76 à Lei 11.638/07**. 2008. 300f. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

IASB. International Accounting Standards Board. **Estrutura conceitual para a elaboração e apresentação das demonstrações contábeis**. Normas Internacionais de Contabilidade. São Paulo: IBRACON, 2001.

IFRS. International Financial Reporting Standards. Disponível em: <<http://www.ifrs.org>>. Acesso em: 22 set. 2018.

_____. International Financial Reporting Standards. **Quem somos e o que fazemos**. 2017. Disponível em: <<https://www.ifrs.org/-/media/feature/about-us/who-we-are/who-we-are-portuguese-v2.pdf>>. Acesso em: 23 ago. 2018.

IUDÍCIBUS, S.; MARION, J. C.; FARIA, A. C. **Introdução à teoria da contabilidade**. São Paulo: Atlas, 2009.

JESUS, J. G. B. de et al. Aplicação da norma de contabilidade aplicável às pequenas e médias empresas: a percepção dos profissionais de contabilidade da Juazeiro (BA). **Revista Brasileira de Contabilidade**, [S.l.], n. 228, p. 52-63, dez. 2017. ISSN 2526-8414. Disponível em: <<http://rbc.cfc.org.br/index.php/rbc/article/view/1646>>. Acesso em: 23 ago. 2018.

KROETZ, C. E. S. **Balço Social: teoria e prática**. São Paulo: Atlas, 2000.

MENEZES, F. D. et al. Processo de Convergência Contábil das Pequenas e Médias Empresas Brasileiras aos Padrões Internacionais: Percepção dos Contabilistas de Campina Grande - PB. In: ENANPAD 2013, Rio de Janeiro, **Anais...** Disponível em: <http://www.anpad.org.br/admin/pdf/2013_enanpad_con2368.pdf>. Acesso em 30 ago. 2018.

NETO, A. **A Origem da IFRS**. 2013. Disponível em: <<https://www.contabeis.com.br/artigos/1433/a-origem-da-ifrs/>>. Acesso em: 03 out. 2018.

NIYAMA, J. K. **Contabilidade Internacional**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

NOLLI, J.; MAZZIONI, S.; MAGRO, C. B. D. Percepção de estudantes e egressos de ciências contábeis sobre a adesão das empresas brasileiras às IFRS. **Revista ambiente contábil** - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, v. 10, n. 2, p. 228-247, 15 jun. 2018.

OLIVEIRA, A.V.; LEMES, S. Nível de convergência dos princípios contábeis brasileiros e norte-americanos às normas do IASB: uma contribuição para a adoção das IFRS por empresas

brasileiras. **Revista de Contabilidade & Finanças** - USP, São Paulo, v. 22, n. 56, p. 155-173, maio 2011.

PADOVEZE, Clóvis Luís; BENEDICTO, Gideon Carvalho de; LEITE, Joubert da Silva Jerônimo. **Manual de contabilidade internacional: IFRS – US Gaap – BR Gaap: teoria e prática**. São Paulo: Cengage Learning, 2011.

PEREIRA, E. M. **Avaliação do nível de conhecimento dos discentes sobre normas contábeis internacionais face ao processo de convergência do IASB – uma análise nas instituições de ensino do distrito federal**. Brasília: UnB, 2011. Dissertação (Mestre em Ciências Contábeis) Programa Multi institucional Inter-Regional em Ciências Contábeis, Universidade de Brasília, Brasília, 2011.

PEREZ JUNIOR, José Hernandez. **Conversão das demonstrações contábeis**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

PERUCH, Fernanda Pagnan. **As pequenas e médias empresas (PMEs) e a convergência das normas contábeis ao padrão internacional: uma abordagem geral**. Criciúma: UNESC, 2011. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Contábeis) - UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE, Criciúma, 2011.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho**. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

ROCHA, A. M. **Nível de atendimento às normas internacionais de contabilidade de empresas brasileiras que negociam ações na BM&FBOVESPA**. 2015. 39 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Contábeis) – Universidade Federal de Rondônia–UNIR, Cacoal, 2015.

RODRIGUES, C. M. A. **Adaptação do profissional contábil ao processo de harmonização às normas internacionais de contabilidade na cidade de Monteiro - PB**. 2016. 47f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Contábeis) - Universidade Estadual da Paraíba, Monteiro, 2016.

SAIKI, T.G.; ANTUNES, M.T.P. **Reconhecimento de ativos intangíveis em situação de business combinations: um exemplo prático da aplicação dos CPC 04 e CPC 15**. Boletim IOB – Temática Contábil e Balanços, n. 46, 2010.

SANTOS, A. A. et al. **A percepção do profissional contábil no processo de convergência nas pequenas e médias empresas na região metropolitana do Recife – PE**. Revista UNEMAT de contabilidade, v. 7, n. 13, 2018.

SANTOS, A. R. **Metodologia científica: a construção do conhecimento**. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

SHIMAMOTO, L. S.; REIS, L. G. **Convergência às Normas Internacionais de Contabilidade: uma análise sob a perspectiva dos profissionais contabilistas**. Revista de Estudos Contábeis, Londrina, 1, n. 1, Jul./Dez. 2010. 90-105.

SOUZA, A. P. et al. Impacto da adoção das ifrss nas empresas exportadores do pescado no Pará: Uma análise a partir da percepção dos contadores que atuam no setor. **Revista de Administração e Contabilidade - RAC**, [S.l.], v. 2, n. 4, set. 2015. ISSN 2358-1948. Disponível em:<<http://revistasfap.com/ojs3/index.php/rac/article/view/114>>. Acesso em: 26 out. 2018.

SOUZA, R. G. de. **Normas internacionais de contabilidade: percepções dos profissionais quanto às barreiras para sua adoção no Brasil**. 2009. 129 f. Dissertação (Mestrado em Administração de Empresas) – Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2009.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987. 175p.

ZEFF, Stephen A. **A Evolução do IASC para o IASB e os Desafios Enfrentados**. **Rev. contab. finanças**. São Paulo , v. 25, n. spe, p. 300-320, Dec. 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S151970772014000500300&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 19 de set. de 2018.